

FRAÇÕES DE CAPITAL EM PERNAMBUCO: DO ISOLAMENTO RELATIVO AO LIMIAR DA INTEGRAÇÃO PRODUTIVA

Fábio Pimentel de Oliveira

Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
flpo@ymail.com

RESUMO

A proposta desse artigo é fazer uma reconstituição, em linhas gerais, do movimento das principais frações de capital de Pernambuco no período que vai do último quartel do século XIX até o final dos anos de 1950. Para tanto, a análise está enquadrada na transição do isolamento relativo do Nordeste até o limiar da integração produtiva dessa região com o restante do país. Tem como enfoque as transformações ocorridas na produção açucareira, bem como o surgimento e consolidação das primeiras fábricas têxteis no estado. Ademais, é dada especial atenção à atuação do capital mercantil na economia local, impulsionada especialmente pelas atividades principais e pelo processo de urbanização do Recife.

Palavras-chave: frações de capital; economia de Pernambuco; desenvolvimento econômico regional.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to trace the movement of the main fractions of capital of Pernambuco in the period comprised from the last quarter of the nineteenth century until the late 1950s. The analysis is framed in the transition from relative isolation of the Northeast to the threshold of productive integration of this region with the rest of the country. It focuses in the changes that occurred in sugar production, as well as in the emergence and consolidation of the textile factories in the state. Special attention is also given to the role of merchant capital in the local economy, driven by the dynamic of the main activities and the process of urbanization in Recife.

Key words: fractions of capital; Pernambuco's economics; regional economic development.

1. Apresentação

O último quartel do século XIX e o final da década dos 1950 representam dois momentos importantes para o processo de desenvolvimento econômico de Pernambuco. No primeiro, vivia-se a expectativa de retomada da prosperidade da principal atividade econômica do estado, em virtude das transformações por que passavam as unidades produtivas do setor açucareiro e da implantação de fábricas têxteis na região do Recife. No segundo, a implantação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) respondia à latência dos desequilíbrios regionais no Brasil, que evidenciavam o caráter reiterado e acumulativo da decadência econômica da região Nordeste – onde Pernambuco ainda exercia notória centralidade e capacidade de polarização regional – frente ao sucesso da então denominada região Centro-Sul do país.¹

¹ Em paralelo à periodização aqui considerada, é necessário fazer menção à importância do conceito de região proposto por Oliveira (2008), cuja validade encontra guarida na análise pioneira de Furtado (1987) sobre o complexo nordestino, bem como nas duas primeiras obras da trilogia de Cano (2007a; 2007b) e na tese de doutoramento de Guimarães Neto (1989). O referido conceito considera a região não a partir de delimitações geográficas e políticas, mas sim com base nas especificidades das formas de acumulação e reprodução de capital

A evolução das frações de capital em Pernambuco será analisada à luz da periodização do processo de desenvolvimento econômico no Brasil, segundo a qual o período 1870/1959 engloba aquelas três fases: a do isolamento relativo, que perdura até 1929/30; a da articulação mercantil, que vai daqueles anos até 1956; e o princípio da fase da integração produtiva, desencadeada a partir do processo de acumulação de capitais iniciado com o Plano de Metas.

Ao longo de todo esse período, uma divisão inter-regional do trabalho foi conformada e as distintas estruturas produtivas regionais passaram a ter um papel definido na economia brasileira, carregando consigo a inserção das mais representativas frações de capital de cada região. Dado o enquadramento histórico, o objetivo do presente ensaio é analisar o movimento das principais frações de capital de Pernambuco que tomaram parte naquele processo maior. Propõe-se a mostrar que, mesmo em um contexto econômico que se afigurava cada vez mais crítico, as frações estaduais de capital conseguiram conformar um invólucro isolacionista estadual até o limiar de integração produtiva, embora se encontrassem fragilizadas nesse momento.

Para tanto, além desta breve introdução e das notas conclusivas, o trabalho está assentado na demonstração das linhas gerais do movimento das principais frações de capital na economia de Pernambuco, temática da próxima seção. São contempladas as transformações ocorridas na produção açucareira, bem como o surgimento e consolidação das primeiras fábricas têxteis, principais atividades econômicas do estado no período contemplado. No bojo dessas atividades, são apontadas algumas formas pelas quais frações mercantis de capital puderam penetrar nos interregnos daqueles dois ramos produtivos.

2. O movimento das principais frações de capital em Pernambuco e os reflexos na estrutura econômica estadual

A implantação de numerosas fábricas de tecidos e, ao mesmo tempo, um intenso processo de modernização pelo qual passava a indústria do açúcar concorreram para o notável dinamismo da economia de Pernambuco no final do século XIX. Esse ambiente influenciou positivamente nas utilidades públicas do Recife, onde teve início uma acentuada urbanização que propiciou o desenvolvimento de outras atividades industriais. Além disso, teve impulso o capital mercantil, representado pelos comissários de açúcar e algodão, pelas casas comerciais e por estabelecimentos bancários e financeiros, locais e extra-locais. O parque industrial

que tomaram vaga em uma espacialidade específica. Para considerações teóricas sobre o problema regional, ver Brandão (2007), especialmente o capítulo 2.

também se diversificava, por essa época, em virtude da expansão do mercado consumidor da região, potencialmente adequado para a constituição de um sistema industrial de nível local.

Ademais de empreender um esforço analítico sob o enfoque das principais frações de capital acerca do processo de desenvolvimento econômico de Pernambuco desde o final do século XIX até a etapa da alteração no padrão de inter-relacionamento entre as regiões brasileiras a partir de meados dos anos de 1950, é preciso avançar na compreensão da forma pela qual são gestados espaços de valorização nos quais pôde se beneficiar o capital mercantil, importante elemento daquele processo.

Capital mercantil: breve nota teórica

O movimento do capital é feito de acordo com o pressuposto básico da incessante busca pela valorização do valor e também de acordo com o grau de desenvolvimento da sociedade onde atuam os capitalistas e da prevalecente divisão social do trabalho. Assim, ao lado da característica essencial do capitalismo, é preciso considerar as especificidades da sociedade – que pode ser entendida como uma região, nos termos de Oliveira (2008) – em que os proprietários do capital o aplicam. Tais especificidades se revelam quando se considera os capitais em função, ou seja, a forma capitalista enquanto capital mercantil (que pode ser decomposto em capital comercial e capital financeiro), capital industrial ou produtivo e, com maior recorrência e intensidade no período recente do capitalismo mundial, capital financeiro. Apesar de distintas, estas formas compõem de maneira inseparável o movimento de valorização do capital. (CARVALHO, 1988)

Em situações “desejáveis”, o capital comercial deve servir ao capital industrial como agente promotor, através do escoamento da produção manufatureira para a realização do valor produzido. Se na forma capital financeiro, deve prover, à medida que avança o desenvolvimento produtivo, recursos necessários para que investimentos produtivos, carentes de montantes cada vez maiores, sejam realizados. Nesse processo, cada capital em função se apropria de determinado montante de mais-valor originado na fase que lhe cabe no processo de produção capitalista.

Por outro lado, uma análise histórica pode revelar facetas perversas do capital mercantil enquanto agente de suporte do capital industrial: há, pois, um caráter ambíguo daquela forma capitalista. Ao mesmo tempo em que estimula, o capital mercantil pode atuar no sentido de retardar o processo de desenvolvimento econômico: “[o capital mercantil] freia o progresso, que seria alcançado pela dinamização das forças produtivas, bloqueando na esfera de circulação a parte do produto excedente de que se apropria”. Longe de se limitar à esfera da

circulação, essa forma capitalista se habilita a penetrar nas esferas produtivas para reproduzir a práxis de trilhar “as linhas de menor resistência” e evitar “o confronto com o capital industrial”. Numa possível interação com o capital industrial, o capital comercial passa a realizar “lucrativas operações ligadas às esferas produtivas da esfera da circulação”, através da própria força que possui ou da força que lhe empresta o capital produtivo. Nos casos em que tal articulação ocorre, é passível de verificação a dominação do capital comercial sobre o capital industrial. Ao penetrar na esfera produtiva, o capital mercantil não apenas potencializa seu lucro entrar na esfera da produção, como restringe sobremaneira o desenvolvimento desta ao nela se metamorfosear. Em outras palavras, os interesses das classes dirigentes das frações de capital mercantil se sobrepõem e mesmo se confundem aos do capital produtivo e restringem o caráter progressista de que é dotado este último. (CARVALHO, 1988, p. 142-171)

Guimarães Neto (1989) mostra não apenas a predominância do capital mercantil sobre o capital produtivo no Nordeste pouco antes e durante a fase da articulação mercantil no país, mas também a habilidade com a qual grupos econômicos relacionados ao comércio constringiam a produção açucareira nordestina, carente de colocação da produção no mercado interno, em virtude da crise internacional que condicionava o setor e da estratégia de comercialização interna emergida no início do século XX. Nesse instante, o capital mercantil não apenas comercializava o açúcar, mas também o refinava e, dessa forma, se habilitava a promover uma postura especulativa por dentro do setor produtivo. (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 59-65)

A força do capital mercantil é tal que, mesmo na ocorrência de um processo de transformações estruturais em determinada região, pode ver “diminuído seu poder, mas raramente o perderá de todo”, conforme afirma Cano (2010). Concorrem para tanto, por exemplo, ações do Estado voltadas para acudir essa perda relativa de poder na estrutura de capital vigente e que possibilitam ao capital mercantil uma eventual mudança de forma. É preciso destacar, todavia, que a despeito de ocorrerem tais mudanças de forma, elas nunca se darão de maneira completa: a nova provavelmente manterá traços arcaicos e pregressos que tipificavam a velha.

Uma análise que se pretenda realizar a partir do movimento concreto das principais frações de capital produtivo deve considerar, por isso, os seguintes elementos: (i) o desejo dos proprietários de uma fração de capital mercantil em metamorfoseá-la; (ii) os limites existentes na estrutura econômica em questão, especialmente em um contexto de articulação mercantil e

integração produtiva, em que se destaca o processo de concorrência entre os capitais entrantes e os capitais locais, mas também e principalmente a transformação nas relações de produção existentes na região integrada, normalmente menos desenvolvida que na região integradora; e (iii) o acesso a recursos (crédito, incentivos fiscais, etc.) facilitadores da modernização.²

O processo usineiro em Pernambuco

A volatilidade da economia açucareira nordestina, cuja oferta já vinha em crise desde meados do século XVII, em relação à demanda européia de açúcar, que havia diminuído consideravelmente ao longo do século XIX em função da entrada do açúcar de beterraba europeu no mercado, impôs aos produtores a necessidade de promover modificações na estrutura produtiva. Essa transformação foi lenta e gradual até que no último quartel do século XIX teve início a substituição dos chamados engenhos bangüês pelas usinas, mediada pela experiência dos engenhos centrais.³

De acordo com Andrade (1989), no período que vai dos 1890 à década dos 1950, o processo histórico da constituição das usinas em Pernambuco pode ser subdividido nas seguintes fases: (i) 1875-1890: fase de implantação dos engenhos centrais e das primeiras usinas, em resposta à necessidade de modernização do parque produtivo estadual frente às pressões competitivas externas; (ii) 1890-1910: fase do desaparecimento dos engenhos centrais e surgimento de várias usinas, com retração do capital financeiro e comercial no capital agroindustrial; início de um movimento que envolveu a incorporação de engenhos pelas usinas; (iii) 1910-1933: fase da consolidação do processo usineiro, na qual ocorreu a intensificação do movimento de incorporação dos engenhos pelas usinas e do acirramento da concorrência inter-regional, que demandou a intervenção do governo federal através da criação do IAA; e (iv) 1933-1960: fase da intensificação de um movimento de concentração de capitais, que envolvia, diferentemente de outrora, a incorporação de pequenas usinas por outras maiores.

A lógica do movimento do capital ao longo de todo o processo pode ser sintetizada conforme o **Esquema 1** a seguir, que representa uma ilustração da transição dos antigos

² É o caso dos trabalhos de Cavalcanti e Cunha (2006) e, em certa medida, de Mendonça (2005), que trabalham essa mudança de forma à luz do conceito schumpeteriano de inovação e empreendedorismo.

³ Os engenhos bangüês normalmente são qualificados como “tradicional” e produziam, principalmente, de um açúcar de cor escura, mascavado. Além disso, não incorporavam as melhorias técnicas disponíveis à produção açucareira, a despeito de as mesmas existirem mesmo antes do advento da República. Foi somente com os engenhos centrais que a modernização produtiva, especialmente na fase industrial, foi viabilizada na produção açucareira. Os engenhos centrais se diferenciavam das usinas na medida em que representavam uma conciliação das relações de produção entre uma agricultura tradicional e as mais modernas técnicas de fabricação do açúcar, conforme se verá mais adiante. Ver, a propósito, Perruci (1978a) e Andrade (1989).

engenhos para as usinas. Com as usinas, o capital se realiza enquanto uma relação social que se assenta, num primeiro momento, na apropriação de mais valia produzida pela força de trabalho. O desenrolar do processo usineiro, contudo, faz com que a acumulação de capital encontre delimitações concretas na concorrência intercapitalista, que se dá ao nível intra-regional ao longo da fase do isolamento relativo; e inter-regional, notadamente a partir dos anos de 1920, quando também em São Paulo a economia açucareira viria a se desenvolver. (VANDERLEI, 1979; TAVARES, 1998)

A instalação dos primeiros engenhos centrais e usinas de Pernambuco (1875-1959)

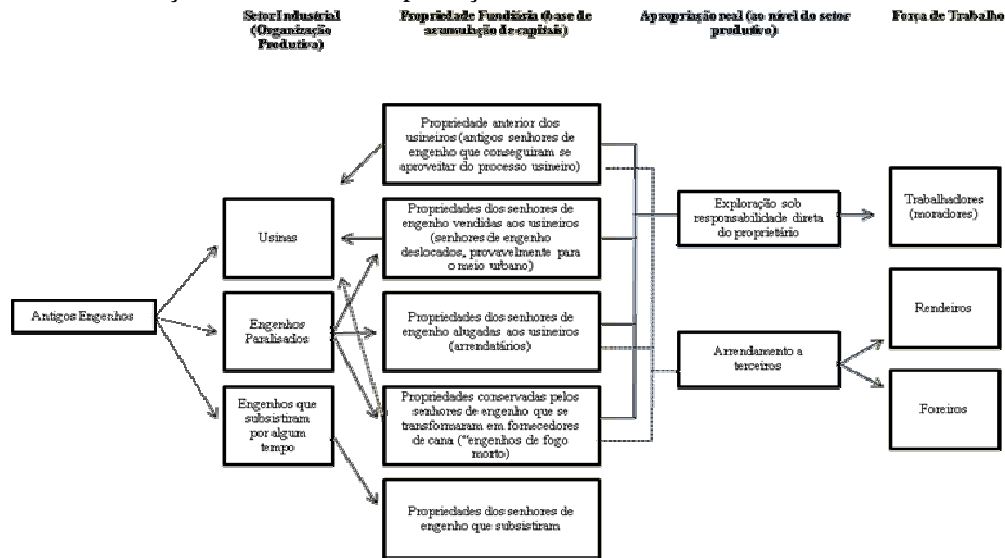
As transformações na produção açucareira de Pernambuco, no último quartel do século XIX, devem-se a uma decisão institucional que viria a impactar a estrutura produtiva do açúcar no Nordeste. Reuniam-se em 1878, por ocasião do Congresso Agrícola do Recife, os principais senhores de engenho da região, motivados pela situação crítica em que se encontrava a agroindústria açucareira da região. A principal deliberação do Congresso Agrícola do Recife foi modernizar a produção, através da separação em duas partes do processo produtivo: a primeira estaria limitada à produção agrícola, ou seja, a plantar a cana-de-açúcar, insumo básico da segunda parte do processo, de caráter industrial, responsável pelo processamento da cana nas unidades produtivas denominadas “engenhos centrais”.⁴

Para lograr êxito em tal estratégia, os congressistas, através do Governo de Pernambuco, articularam uma política em favor da implantação dos engenhos centrais, para a qual seria da maior relevância o papel do investimento estrangeiro. A transformação dos antigos engenhos em engenhos centrais foi mediada pelo capital estrangeiro, notadamente o inglês, invertido na modernização das instalações dos antigos engenhos e na conversão destes em engenhos centrais. Nesse movimento de modernização, o capital estrangeiro promoveu não só o reequipamento dos engenhos pernambucanos, mas também um avanço nas condições infra-estruturais e produtivas do estado, através da implantação de estradas de ferro; da utilização de mão-de-obra relativamente qualificada; e do impulso comercial e financeiro, possibilitado em virtude da migração de investimentos do setor açucareiro para outros segmentos, notadamente para casas comerciais e bancos. Uma lei do Governo Imperial não só permitia

⁴ A reunião do Congresso Agrícola do Recife era a “resposta” a uma reunião semelhante ocorrida no Rio de Janeiro, que congregava produtores agrícolas do setor açucareiro da região Centro-Sul e excluía os produtores do Nordeste, até então os mais relevantes do país. É possível interpretar a realização daquela reunião no Rio de Janeiro à luz do período federativo que adviria com a República.

como também favorecia essa migração, em virtude de provisionar uma taxa mínima de juros como garantia de retorno do capital investido.⁵

Esquema 1 - Transformações na estrutura de capital açucareiro em Pernambuco



Fonte: apud. Vanderlei (1979).

Perruci (1978b) destaca que os grupos agrários pernambucanos não dispunham de bases materiais convenientes às necessidades de modernização do setor. Além disso, ressalta que a organização produtiva resultante da instalação dos engenhos centrais fraturava os interesses das classes dominantes envolvidas, quais sejam, senhores de engenho e usineiros. Conforme destacado no **Esquema 1**, os capitalistas que não acompanharam o processo usineiro ou permaneceram como senhores de engenhos paralisados ou foram reduzidos à função de meros fornecedores de cana-de-açúcar. Além de evidenciar a escassez de recursos e a dependência do aporte financeiro estrangeiro, a estratégia dos engenhos centrais revela os anseios nada progressistas da classe produtora regional.

A despeito da necessidade de avançar tecnicamente no processo de produção da principal atividade econômica regional, a proposta dos engenhos centrais não comprometia a utilização de mão-de-obra escrava por parte dos senhores de engenho. Ao mesmo tempo, a deliberação do Congresso Agrícola do Recife obrigava os engenhos centrais a utilizar mão-de-obra livre. Além disso, a estratégia garantia aos agricultores de cana mercado consumidor

⁵ A propósito, ver Graham (1973). Nesta obra, o autor destaca o papel do capital inglês no processo de construção da maior parte do sistema de transporte do qual dependeria algumas atividades produtivas e industriais, cuja maquinaria também era fornecida pelos ingleses, que também atuaram com o fornecimento de crédito e investimentos diretos. Por isso, é possível interpretar a modernização produtiva como uma resposta mais a estímulos do capital estrangeiro especulativo do que propriamente a uma vontade própria dos senhores de engenho local, debilitados em termos de capacidade financeira, mas amparados no Governo estadual. Ver também Cano (2007, p. 104), Andrade (1989, p. 18) e Pinto (1949).

cativo, porque aos engenhos centrais cabia o dever de adquirir a cana exclusivamente dos senhores de engenho. (ANDRADE, 1981)

Perruci (1978a) corrobora essa interpretação:

Em 1888, o cônsul da França em Pernambuco escreve: **‘Quanto à cultura da cana, ela é praticada ainda hoje como se fazia há cem anos atrás (sic); não há o mínimo progresso a registrar, nem no preparo do solo, nem no emprego de instrumentos agrícolas aperfeiçoados. Sem dúvida alguma, no dia em que os proprietários da província – homens em geral muito inteligentes mas apáticos e rotineiros – quiserem modernizar a agricultura, poderão sem grande esforço aumentar da metade ou talvez mesmo dobrar a produção atual’.** (PERRUCCI, 1978a, p.112, grifos meus)

Na verdade, o comportamento desses empresários se aproxima bastante do fato motivador da agricultura itinerante, descrita por Cano (2002), na qual era promovido o abandono de terrenos esgotados e utilizados outros mais longínquos, de modo que se evitava com isso a necessidade de intervenções químicas no solo. Essa prática não é exclusiva da classe empresarial de Pernambuco: faz parte da evolução histórica nacional, mesmo no período atual, foi sintetizada em trabalho de Tavares (1999) e pode ser expressa através do termo fuga para frente.⁶

Deve-se ressaltar que a modernização técnica se deu apenas ao nível da indústria do açúcar, e não da cultura da cana. Assim, os engenhos centrais foram criados para conciliar relações de produção agrária tradicional com as mais modernas técnicas de fabricação de açúcar, preservando os interesses econômicos da classe social regional. Revelada está a intenção da classe empresarial local de manter o *status quo* secular e evitar a complexidade que envolvia a produção industrial do açúcar, a partir da renúncia dos senhores de engenho não apenas à fase mais dinâmica da produção, mas principalmente aos princípios capitalistas, em prol de se manterem em determinada condição de poder econômico e político.

A concessão da fase industrial ao capital inglês reforçava essa condição, mas não representava uma submissão plena ao capital estrangeiro: evidência disso foi o malogro da experiência dos engenhos centrais. O fracasso se deveu exatamente à contradição existente entre o fornecimento de cana e a transformação desta em açúcar, refletida em termos políticos – porque o engenho funcionava de maneira fechada, dependente de si mesmo, e com relações exteriores facilmente adaptáveis à conjuntura e restritas a produtos de luxo – e também em termos microeconômicos – expressa na baixa e inconstante oferta de insumos para o processamento do açúcar. Com isso, as usinas substituíram o sistema de engenhos centrais, o

⁶ Ver Cano (2002), especialmente o capítulo quinto. Sobre a “fuga para frente” na monocultura da cana em Pernambuco, ver Perruci (1978a), pág. 112. Para o fenômeno brasileiro, ver Tavares (1999). O termo “fuga para frente” deve ser tributado a José Luis Fiori.

que forçou necessariamente os senhores de engenho locais a transformar a predominância de capitais em função no setor açucareiro: outrora agrário, a partir das usinas o capital teria um caráter predominantemente industrial. A continuidade do processo usineiro se deu através do acionamento do Governo de Pernambuco, que financiou “não só a implantação das fábricas, como também de ferrovias que ligavam as várias propriedades (...) assim, os grandes proprietários fizeram com que o Estado também interviesse em favor dos seus interesses”. Os engenhos centrais foram, pois, precursores de uma “revolução tecnológica” na indústria açucareira, da qual se aproveitariam os empresários locais para organizar as usinas. Essa maior participação local gerou, dado o suporte do governo estadual, um recuo da participação estrangeira no setor açucareiro pernambucano.⁷

Com as usinas, o capital produtivo/industrial se sobrepõe em importância ao capital agrário, em virtude da unificação em um só estabelecimento das fases agrícola e industrial, separadas nos engenhos centrais. Para implantar uma usina, o empresário carecia de capital de giro e de acesso a crédito bancário. Foi justamente através dessa brecha que o capital mercantil pôde penetrar: os comissários comerciais e casas financeiras, que se constituíam no acesso da burguesia açucareira ao crédito, detinham hipotecas sobre os bens das empresas menores, de modo a tomar posse das mesmas em épocas de crise. A necessidade das empresas maiores em dispor da matéria-prima para constituir usinas e superar a contradição básica dos engenhos centrais foi a mola propulsora da principal característica que marcaria o período iniciado nos 1890, que se assemelha ao movimento de centralização de capitais, descrito teoricamente por Marx (1983).⁸

Para Andrade (1989), a consolidação do processo usineiro, que ocorreu entre os anos de 1910 e 1930, se deu com base em uma preocupação empresarial restrita ao implante da fábrica. Poucos recursos sobravam para a realização de investimentos em melhorias técnicas do sistema agrícola, o que contribuía para a manutenção secular da organização agrária da produção açucareira, em paralelo ao avanço usineiro. Essa combinação entre o moderno e o atrasado resultou na manutenção da contradição técnica/tecnológica entre a fase industrial e a

⁷ Cf. Andrade (1981), págs. 26-27. Sobre a construção de ferrovias, o trabalho de Pinto (1949) constitui obra de referência, ao estudar a empresa Great Western, mas também os acontecimentos que antecederam a instalação dessa empresa em Pernambuco.

⁸ Tal superação foi facilitada pela maior concentração da propriedade fundiária e pelas estradas de ferro constituídas à época dos engenhos centrais, que viabilizou a apropriação de novas terras. O processo usineiro em Pernambuco se assemelha ao movimento descrito por Marx (1983), mas não o reproduz completamente. A centralização de capitais no estado foi muito mais um processo de crescimento extensivo, no qual estabelecimentos maiores e tecnicamente mais avançados incorporaram estabelecimentos menores e tecnicamente defasados, sem necessariamente alterar as condições objetivas de produção.

fase agrícola, mesmo estando ambas as fases sob a coordenação de um só estabelecimento.⁹ Na ausência de uma estrutura creditícia, a postura padrão era recorrer ao Governo de Pernambuco “a participação do empresário não passa do terreno, a fábrica, portanto, nada lhe custando. Assim, o sistema de produção baseado na usina triunfa tão espetacularmente, em Pernambuco, que os usineiros se sentem bastante poderosos para recusar o pagamento de suas dívidas contraídas ao Estado”. (PERRUCCI, 1978a, p. 125)

Isso significa que os rumos do desenvolvimento econômico de Pernambuco na fase do isolamento relativo, estritamente dependentes da produção de açúcar, estiveram fortemente condicionados por um comportamento empresarial que privilegiava o enrijecimento da estrutura produtiva, refletido na dominação política e econômica por parte de uma classe que se mostrava avessa às transformações progressistas na estrutura produtiva. Além disso, o capital mercantil, situado numa posição deveras favorável em relação à heterogeneidade setorial da produção de açúcar, poderia exercer o dogma do comprar barato para vender caro.

A contradição moderno/atrasado garantia, ainda, uma sobrevivência aos senhores de engenho, cujo estabelecimento representava a fronteira de valorização a ser conquistada pelos usineiros, porque as usinas não se amparavam no uso intensivo da terra – pretensão retórica dos senhores de engenho e futuros usineiros reunidos no Congresso Agrícola do Recife de 1878 – mas sim numa nítida fuga para frente, ou seja, na incorporação de mais terras ao processo produtivo, cujo limite físico-territorial era exatamente a propriedade agrícola dos senhores de engenho.¹⁰

O fornecimento da cana-de-açúcar capacitava os senhores de engenho a barganhar melhores preços da mercadoria e isso tinha importantes efeitos, a exemplo da opção da remanescente “nobreza da terra” por continuar na atividade fornecedora da cana. Decorre dessa estratégia empresarial a maior necessidade de as usinas obterem créditos para custear

⁹ É importante cotejar essa descrição com o aporte teórico da centralização de capitais anteriormente descrito, com base em Marx (1983). Fica evidente, no caso da incorporação de engenhos por usinas, a alteração na composição orgânica do capital na fase de expansão destas últimas.

¹⁰ Evidencia tal constatação o reconhecimento do atraso do desenvolvimento da cultura da cana em relação ao desenvolvimento industrial das usinas, por parte dos empresários do setor, no contexto de crise do início do século XX, cuja solução passaria (i) pela realização de estudos sobre custos de produção e preços da matéria-prima; (ii) pela evocação da necessidade de crédito fornecido pelo Governo Federal; e (iii) pela regularização das tarifas de transporte do açúcar. (ANDRADE, 1989; PERRUCCI, 1978a; PERRUCCI, 1978b)

não só a produção usineira, mas também e principalmente a busca por espaços de cultivo da cana, já ocupados pela histórica classe dominante local.¹¹

A despeito de ser um período de crise, os anos compreendidos entre 1910 e 1933 foram marcados pela tentativa de organização dos produtores de açúcar com vistas à defesa da produção. Os usineiros buscaram uma vez mais no Estado o auxílio necessário à manutenção da ordem estabelecida e passaram a se organizar para confrontar o capital mercantil, de quem continuavam dependentes. O movimento das frações de capitais evidenciava que o negócio açucareiro tinha uma rentabilidade tal que permitia a continuidade do processo de incorporação de engenhos e, principalmente, de usinas menores. É nessa fase que é criado o maior número de usinas em Pernambuco. Por essa época, era crescente o poder de pressão do grupo usineiro, em virtude da organização dos empresários do setor. Essa capacidade de congregação forçou os representantes do capital mercantil a adentrarem ativamente a esfera produtiva do açúcar e a alterarem a estratégia de diversificação dos comerciantes e financistas locais, com vistas a manter a expressão econômica que vinham obtendo. (ANDRADE, 1989)

Desse modo, o estabelecimento produtor de açúcar não mais era visto como um negócio transitório, originado da falência de senhores de engenho ou usineiros e da oportunidade de realizar um negócio de ganho fácil e rápido, mas sim como uma das ramificações de grupos comerciais e financeiros. Nesse movimento, merecem destaque as firmas Mendes Lima & Cia, o grupo de Arquimedes de Oliveira e Magalhães & Cia. Destaque-se ainda o fluxo contrário, ou seja, alguns usineiros passaram a constituir firmas comerciais e financeiras, casos de José Rufino & Cia e Fábio de Barros & Cia. As estratégias do capital mercantil e do capital produtivo relegaram ao que restava das formas estritamente agrárias de capital o ônus dos períodos de crise no setor açucareiro.

A luta maior se travaria entre fornecedores de cana e usineiros, aqueles desesperados por não poderem manter o status dos antigos senhores de engenho e por verem a expansão das usinas que compravam as suas terras (...) A acentuação da crise econômica e o controle político do Estado, pelos usineiros, levaram fornecedores de cana a fazer ameaças de colocar explosivos a fim de provocar a explosão das fábricas, enquanto usineiros ameaçavam de incendiar canaviais. (ANDRADE, 1989, p.66)

Essa cisão de interesses refletia a estratégia dos usineiros de intensificar a produção de cana-de-açúcar e de açúcar para competir com a produção canavieira e açucareira do Sudeste. Note-se, porém, que essa estratégia era imobilista do ponto de vista de melhorias técnicas no

¹¹ Deve-se ter em mente, ainda, a rígida e concentrada estrutura fundiária regional, mapeada principalmente por Furtado (1987), que obstaculizava o avanço do cultivo canavieiro, na medida em que representava, conforme descrito no **Esquema 1**, o deslocamento de importantes membros da classe dominante local.

processo produtivo e se amparava, uma vez mais, nos recursos do Estado e na reiteração da fuga para frente, através da incorporação de terras e da simples eliminação dos fornecedores de cana.

Nesse quadro, foi estabelecido um pioneiro padrão de intervenção do Governo de Pernambuco, voltado à determinação de cotas de produção para as classes de fornecedores e produtores de cana e açúcar. Conforme ressalta Andrade (1989), essa foi uma solução consensual que serviu para amparar, de maneira paliativa, os interesses envolvidos na principal atividade econômica do estado. No início dos anos de 1930, o Governo Federal passou a intervir na atividade açucareira nacional, após a criação do Instituto do Alcool e do Açúcar (IAA) em 1933. A continuidade do movimento de expansão das frações de capitais usineiras foi fortemente abalada com a crise internacional de 1929 e os efeitos da crise no Nordeste se potencializaram com o crescimento da produção açucareira no Sudeste, em especial em São Paulo. Assim, um dos objetivos principais do IAA era o de defender e manter a produção açucareira brasileira, especialmente a nordestina, em níveis que garantissem a rentabilidade do setor. Para tanto, foi estabelecido um sistema nacional de cotas, que se esperava pudesse proteger o parque produtivo nordestino da concorrência das frações de capital homônimas do Sudeste. (CANO, 2007a; SZMRECSÁNYI, 1979)

Ainda que tenha contribuído para salvaguardar a produção e o emprego de uma das principais atividades econômicas nordestinas, a política do IAA inibiu (i) a continuidade do avanço da modernização do parque produtivo regional e (ii) a superação das más condições de trabalho na atividade; ademais, (iii) contribuiu para a manutenção da estruturação latifundiária do setor, que permanecia intocada; e, finalmente, (iv) facilitou a continuidade do movimento de expansão dos capitais usineiros, cujo reflexo político e social era a concentração de poder e renda. Além das cotas de produção, deve-se acrescentar como fato limitador do avanço usineiro as restrições espaciais e técnicas em Pernambuco.¹² (ANDRADE, 1989; OLIVEIRA, 2008)

É premente salientar a importante alteração no movimento dos capitais açucareiros em curso a partir da década dos 1930: se antes envolvia majoritariamente a incorporação dos engenhos pelas usinas, a partir da política do IAA as maiores usinas passaram a incorporar as menores. Continuava a se destacar a luta entre proprietários de terra contra os proprietários de

¹² Vale salientar o elogio da classe empresarial pernambucana à “grande medida” tomada pelo Governo Vargas ao criar o IAA, com vistas a proteger a produção nacional de açúcar e álcool. (DÉ CARLI, 1942) Por isso, não se pode afirmar que as conseqüências da política do IAA fossem fruto de uma imposição exógena, especialmente porque os usineiros pernambucanos não tinham em vista a modernização do parque produtivo em bases autônomas, ainda mais porque o resqúicio de renovação setorial remetia aos engenhos centrais.

capital industrial, que protagonizava os rumos do desenvolvimento da principal atividade econômica de Pernambuco. Por essa época, eram sessenta e oito usinas que funcionavam no estado, sob controle das antigas famílias proprietárias dos engenhos e das primeiras usinas instituídas. Algumas dessas usinas eram controladas sob o formato de sociedades anônimas e pequeno número delas fazia parte de outras empresas cuja origem de capital era local. Andrade (1989) ressalta que era impossível às pequenas usinas competir pelo mercado consumidor, em virtude das limitações impostas pelas cotas de produção estabelecidas pelo IAA.

Deflagrada a 2ª Guerra Mundial, a produção de açúcar da América Latina e Caribe sofre novo impulso. Nesse contexto, os produtores do Sudeste, especialmente os de São Paulo, conseguem aprovar uma redefinição das cotas determinadas pelo IAA entre estados e empresas, em detrimento da produção nordestina. É a partir desse instante que não só a região Sudeste deixa de ser abastecida com o açúcar nordestino, como também passa a disputar com os produtores do Nordeste as cotas de exportação para o mercado internacional. Dez anos após o fim da guerra, São Paulo tornar-se-ia o maior produtor brasileiro de açúcar.

(O) Caso das fábricas de tecido (1890-1959)

O surgimento e consolidação do parque produtivo têxtil no Nordeste podem ser tratados de acordo com uma periodização bem definida, comum aos trabalhos setoriais da Sudene (1962; 1971) e de especialistas no tema, a exemplo de Stein (1979), Suzigan (2000), Silva (1999) e Maranhão (1983). Esses trabalhos permitem identificar distintos movimentos expansivos e recessivos até os anos de 1950, decorrentes de estímulos externos e do término do efeito estimulante. A partir de então, essa situação seria substancialmente alterada: verificou-se um declínio estrutural do dinamismo da indústria têxtil nordestina, que estava majoritariamente sediada em Pernambuco.

O período aqui contemplado pode ser subdividido nas seguintes sub-fases: (i) a que vai do final do século XIX até o final da 1ª guerra mundial, quando surge efetivamente a indústria têxtil em Pernambuco e tem início uma notória expansão do setor; (ii) aquela compreendida entre o final da 1ª Guerra e o final da década dos 1920, marcada por características contracionistas na primeira metade da década e crescentes investimentos de capital no setor a partir de 1925, movimentos que concorrem para consolidar o parque produtivo estadual; (iii) a fase que contempla a década dos 1930, marcada pela recuperação da crise de 1929 e por importante alteração nas inter-relações entre as regiões brasileiras, que passa a atuar como condicionante da evolução da indústria têxtil em Pernambuco; (iv) a fase que vai da eclosão

do 2º litígio mundial até o final da década dos 1940, que representa, por assim dizer, o último suspiro dinâmico da estrutura industrial pernambucana; e (v) a fase do pós-guerra, que pode ser caracterizada como o início do declínio estrutural da indústria têxtil pernambucana e que resultou, no final dos 1950, na decadência acentuada do segmento na composição do produto industrial pernambucano.

A fase da implantação (1890-1919)

Nessa fase, especialmente a partir do último quartel do século XIX, alguns fatores de estímulo foram determinantes para a instalação das primeiras fábricas de tecido no Brasil e no Nordeste. Às condições ecológicas altamente favoráveis para a cultura algodoeira na região devem ser acrescidos, ainda, os seguintes fatores: dificuldades de importação de artigos têxteis, o que forçou a produção interna; a existência de mão-de-obra abundante; e um mercado consumidor crescente. Além de ter contribuído para a constituição do mercado consumidor regional, é importante afirmar que a abundância de força de trabalho resultou redutora de custos: a mão-de-obra livre foi determinante para que houvessem sido liberados capitais imobilizados na escravaria, o que garantiu aos primeiros investidores do setor uma base de acumulação originária vinculada a outras atividades, comerciais e produtivas, estas relacionadas à produção de açúcar. Não por acaso, as primeiras fábricas de tecido em Pernambuco eram controladas por usineiros ou comerciantes.

A atividade econômica relacionada ao cultivo do algodão envolvia uma trama que ia desde o cultivo, passava pela distribuição por comércio interno e alcançava a distribuição para o exterior através dos portos. A produção algodoeira pôde se dar, conforme ressalta Andrade (1981), com uma estrutura distinta daquela representada pelo cultivo de açúcar: eram pequenos produtores, e não latifundiários, que abasteciam os comerciantes do produto. Ocorre, porém, que a subordinação da atividade produtiva do algodão à esfera da circulação foi tão forte quanto à do açúcar. Ilustra essa constatação o processo de comercialização do algodão, que era vendido em duas fases. Na primeira vendagem, realizada pelo produtor para comerciantes e tropeiros que percorriam as vias internas para o porto, o produto não sofria nenhum processo de transformação. Já os primeiros compradores – aqueles comerciantes e tropeiros – procediam ao armazenamento e descarçamento do produto para então remetê-lo ao litoral, onde era em parte vendido ao exterior pelos mascates e em parte transformado em fios e daí em tecidos ordinários. Nota-se a existência de uma estrutura industrial rudimentar, em virtude de a armazenagem, o descarçamento, a fiação e a tecelagem envolverem processos de transformação do produto bruto.

Portanto, o “salto” do cultivo de algodão para a produção fabril de tecidos esteve condicionado pelos lucros auferidos pelo capital comercial na região e seria possibilitado somente quando essa fonte de renda se esgotasse. Foi o caso quando teve fim a Guerra de Secessão nos EUA, em 1865 e quando a Inglaterra passou a receber algodão oriundo do Egito a partir da década dos 1880. A partir de então, dotados de boa parcela de capital acumulado a partir dos lucros auferidos através do comércio exterior até a ocorrência desses eventos, comissários de açúcar e algodão passaram a inverter recursos no processamento deste último, do que resultou verdadeiro surto na indústria têxtil nordestina. É, portanto, apenas no último quartel do século XIX que se tem registro de um início efetivo da atividade fabril têxtil em Pernambuco, especialmente a partir da década dos 1890, quando se verifica intenso crescimento nas instalações têxteis no estado. São exemplos: a fábrica da Pedra, em município homônimo do interior de Alagoas (antigo território da Comarca do São Francisco, em Pernambuco), cujo proprietário, Delmiro Gouveia, era conhecido pela sagacidade nos negócios comerciais em Recife; e a fábrica de tecidos de Paulista (PE), de posse da família Lündgren, de origem sueca, cujo ramo de acumulação originária era o comércio exportador de peles. Segundo Andrade (1981), a despeito desse surto de caráter industrial, a dinâmica da produção ainda estava fortemente condicionada aos interesses do capital mercantil.

Cabe acrescentar, a partir da leitura de Levine (1980), Andrade (1981) e Silva (1999), alguns condicionantes endógenos para o avanço da indústria têxtil em Pernambuco. Silva (1999) destaca, além da qualidade do insumo (fibra de algodão), de caráter forçosamente regional, a crescente consolidação da mão-de-obra livre, que liberava capitais outrora imobilizados em escravos; o conseqüente aumento do mercado consumidor regional sob influência do Recife, então centro regional; a demanda inter-setorial representada pela introdução da sacaria como embalagem para o açúcar, o que inclusive promoveu importante encadeamento setorial das usinas de açúcar com as primeiras fábricas de tecidos grosseiros e resultou numa importante estratégia de diversificação de frações de capital de um para outro segmento (e vice-versa); e a infra-estrutura ferroviária criada a partir dos engenhos centrais, que permitiu um desenvolvimento paralelo, não-conflitante em termos locais, com a produção de açúcar no estado. A localização das fábricas de tecido foi determinada, inclusive, pelas linhas férreas de penetração criadas inicialmente para escoar o açúcar.

Foi notório o crescimento do segmento têxtil em Pernambuco nas primeiras décadas do século XX, especialmente no período que antecedeu e perpassou a 1ª Guerra Mundial. Essa fase foi marcada não apenas pelo forte incremento do nível de comércio, mas também pelo

movimento simultâneo de incorporação de novos equipamentos e máquinas às fábricas existentes.

A fase da consolidação (1919-1949)

Para a Sudene (1962; 1971), a 1ª Guerra Mundial constituiu o marco fundamental da consolidação do parque têxtil regional, porque tornou necessário desenvolver internamente os mecanismos capazes de suprir a demanda nacional e regional de produtos oriundos do exterior. Houve um constrangimento às importações que se configurou importante elemento de estímulo, na medida em que o suprimento da demanda interna restringida se deu através de algumas indústrias nacionais, das quais a têxtil é exemplo típico.

Já a década dos 1920 apresenta um quadro distinto. Enquanto regionalmente o quadro foi de desaceleração do avanço industrial, no país se verificou fenômeno semelhante apenas no triênio 1924/1926, dado o restabelecimento das fontes externas de suprimento da procura nacional, notadamente dos produtos têxteis. O fato é que o surto industrial iniciado no período anterior não apresentou características de continuidade, ou seja, não se constituiu enquanto um processo. Ademais, há que se ressaltar o caráter nascente das instalações do parque produtivo têxtil nacional/regional, o que implicava necessariamente uma condição de fragilidade frente à competição internacional. Ao longo da década dos 1920, ainda persistia a hegemonia do capital mercantil sobre o capital agrário e sobre o capital industrial, mas este não deixou de ser beneficiado pelas políticas protecionistas empreendidas pelo Estado em favor das grandes lavouras. Nesse período, o crescimento industrial adquire consistência e caráter permanente e irreversível. (CANO, 2007a)

Importantes estabelecimentos foram fundados nessa fase em Pernambuco: é possível afirmar que o desenvolvimento da indústria têxtil pernambucana experimentou um avanço expressivo em termos qualitativos com as unidades implantadas após 1919, o que pode ser exemplificado pela utilização de energia hidrelétrica e pela produção de tecidos finos.¹³

Na segunda metade da década dos 1920 os investimentos em bens de capitais no setor têxtil atingem o ápice e a partir de então passam a declinar. Com isso, a indústria têxtil pernambucana estava provida de um parque produtivo capaz de lograr uma rápida recuperação após a crise de 1929, o que foi verificado especialmente a partir de meados da década dos 1930, quando foi capaz de suprir, ao lado da indústria do Sudeste, a demanda nacional de produtos têxteis. Na fase de recuperação da década dos 1930, algumas fábricas se

¹³ Ver Sudene (1971), pág. 20.

consolidaram enquanto as mais importantes do estado e se habilitaram a distribuir nacionalmente seus produtos, ainda que no Sudeste a indústria têxtil estivesse em melhores condições de competição.¹⁴

A recuperação das fábricas têxteis de Pernambuco, contudo, estava fortemente atrelada à demanda extra-regional. O ainda considerável fluxo de comércio já apresentava sinais de desaceleração na segunda metade dos anos 1930, especialmente porque no Sudeste se desenvolvia uma indústria têxtil em bases econômicas diferenciadas, com o que se gestava um parque produtor têxtil com grande capacidade concorrencial.

O declínio do fluxo comercial no sentido Nordeste (Pernambuco)/ mercado interno seria mais latente, não fosse a iminência e eclosão da 2ª Guerra Mundial, que abriu o mercado estrangeiro à produção têxtil nacional e pernambucana e obscureceu a percepção do empresário pernambucano quanto à necessidade de modernizar o parque produtivo estadual e, com isso, reequipá-lo para fazer frente ao desenvolvimento da indústria homônima no Sudeste. Ainda que a demanda internacional tenha sido compensatória da retração crescente do mercado interno, a desaceleração do fluxo comercial constituía problema central para a manutenção do ritmo de crescimento do segmento em Pernambuco.¹⁵ (SILVA, 1999)

Ocorre que o estímulo externo representado pelo contexto bélico da década dos 1940 não teve longa duração: num período em que havia capacidade de acumulação em virtude da realização de vendas em escala anormal, não foram tomadas medidas modernizadoras capazes de dar uma sobrevida às vantagens econômicas de Pernambuco na produção têxtil, evidenciando a predileção pelo curto prazo e alguma esperança na maior duração dos estímulos externos por parte dos empresários. Segundo Maranhão (1983), o “espantoso” incremento da produção entre 1939-1945 foi alcançado em virtude do uso mais intensivo de força de trabalho e do prolongamento da jornada de funcionamento das seções fabris na indústria têxtil pernambucana.

¹⁴ Conforme pesquisas da Sudene (1962; 1971), data da primeira metade da década dos 1920 os últimos investimentos modernizadores consideráveis na região Nordeste como um todo, da qual Pernambuco era hegemônico na produção de tecidos. Isso significa que, na década dos 1960, parte considerável das fábricas têxteis regionais operavam com o mesmo maquinário da segunda metade da década dos 1920. Maranhão (1983) alerta que, a despeito de modernizadores, tais investimentos em maquinaria representavam certo continuísmo, na medida em que a tecnologia empregada era basicamente a mesma. Vale destacar que, em um contexto de superprodução, agravou-se a crise que sucedeu os anos imediatamente posteriores a 1929, o que requereu medidas como a restrição às importações e a redução do horário de funcionamento de algumas fábricas.

¹⁵ Note-se que o período iniciado nos anos de 1940 já está fortemente imbuído do fluxo reverso do comércio extra-regional pernambucano. Ou seja, estava acirrado o ambiente concorrencial, a partir da consolidação da articulação mercantil nacional: não mais havia a exclusividade de colocar o produto regional para fora do mercado local; a partir de então, era preciso competir por mercado em nível nacional, mas também e principalmente dentro do Nordeste e de Pernambuco. Ver Guimarães Neto (1989), capítulos 2 e 3.

A crescente articulação mercantil das regiões brasileiras promoveu o acirramento da concorrência intercapitalista nacional e fez com que as indústrias têxteis pernambucanas e nordestinas se vissem inseridas num ambiente altamente competitivo, para o qual estavam equipadas com uma estrutura de produção voltada às determinações do mercado local e sensível aos efeitos decorrentes dos estímulos externos à região, que ocorriam de maneira esporádica. Isso significa, pois, que a estrutura industrial têxtil de Pernambuco e do Nordeste, a partir dos anos de 1940, respondia ao contexto histórico em que havia sido implantada e consolidada, anterior a 1930.

Num quadro de competição intensa, verificou-se a incapacidade dessa estrutura industrial em concorrer com aquela instalada no Centro-Sul. Assim, o principal resultado desse processo foi o deslocamento das fábricas que permaneceram baseadas na estrutura organizacional da época em que o isolamento relativo garantia uma proteção natural aos mercados regionais: em Pernambuco, das trinta fábricas fundadas desde o período do surgimento até a fase da consolidação do setor no estado, menos da metade operavam em 1959. (SUDENE, 1962)

Os determinantes do declínio estrutural (1949-1959)

Desde o final da década dos 1930, as vantagens locacionais em que se amparou a indústria têxtil pernambucana passaram a ser neutralizadas (i) pela concentração de investimentos produtivos na região dinâmica do país, em condições mais favoráveis; e (ii) pelo avanço da articulação mercantil e conseqüente constituição de um mercado interno consumidor dos produtos industriais do Sudeste, o que colocou à mostra débeis condições estruturais da produção de tecidos no Nordeste como um todo, conforme relatos da pesquisa da Sudene (1962).

De modo geral, a dinâmica da indústria têxtil nordestina apresentou, no período que vai desde a constituição do parque produtivo até a fase da consolidação, um quadro de crescimento movido por estímulos externos e de decadência relativa à indústria homônima extra-regional. Desse quadro resultou uma política intervencionista da Sudene lançada em 1962, voltada para o reequipamento do setor. Pernambuco seria o grande beneficiado, principalmente porque o parque produtivo estadual havia sido bastante afetado nos anos de 1950 e adentrava a década seguinte com um número relativamente menor.¹⁶

¹⁶ Essa afirmação está amparada na ideia inicial da Sudene com o referido programa, cujo objetivo não era implantar novas fábricas. O diagnóstico do órgão revelara que havia capacidade produtiva ociosa na indústria regional, de modo que seria mais vantajoso priorizar a modernização do parque produtivo existente, em vez de

A análise de Silva (1999) parece atribuir quase exclusivamente ao processo de concentração produtiva e à crescente articulação mercantil os principais determinantes do atraso relativo e da crise estrutural que marcariam a indústria têxtil pernambucana e nordestina. Em contraposição, as análises da Sudene (1962; 1971) desautorizam tal interpretação e mostram que, se não é possível ignorar esses importantes fatores, notadamente do ponto de vista concorrencial, é preciso também que se considerem os condicionantes endógenos do atraso do setor.

Ofertantes de tecidos grossos, cujo processo produtivo exigia menor nível tecnológico, as indústrias têxteis nordestinas e pernambucanas se encontravam desajustadas às exigências mais “urbanas” e avançadas da demanda nacional, o que impelia a elas um mercado de dimensões restritas e a reiteração de uma produção tecnicamente defasada, o que apenas se agravou no contexto de crescente articulação mercantil inter-regional iniciado nos anos de 1940. Daí se refletir uma queda acentuada de importância da indústria têxtil nordestina frente à nacional, declínio que se revelou estrutural já a partir dos 1940.

Para apreender a nítida queda de participação do setor têxtil pernambucano em relação à indústria têxtil nacional, é preciso não apenas considerar o movimento concreto da industrialização brasileira, que até meados da década dos 1950 se pautava nos segmentos de bens de consumo não-duráveis, entre os quais consta o segmento têxtil. Na verdade, deve-se também ter em mente os fatores endógenos à indústria pernambucana, que refletem a transição incompleta de uma estrutura amparada em bases produtivas tradicionais para uma estrutura moderna, em virtude do peso do arcaísmo em que o parque produtivo estava assentado. Podem ser enumerados os seguintes fatores: (i) problemas de mercado; (ii) obsolescência do equipamento; (iii) encarecimento e uso excessivo da mão-de-obra; (iv) problemas de administração; e (v) escassez de financiamento. Fortemente integrados, configuram de maneira quase absoluta problemas referentes à gestão das empresas, especialmente no que diz respeito à percepção empresarial do contexto da época.¹⁷

No caso dos problemas de mercado, convém uma vez mais salientar que na década dos 1940 teve início o processo de articulação mercantil, através do qual o isolamento relativo regional caiu por terra e a proteção natural do mercado local foi desmanchada. Dotada de

investir em novo maquinário. Com isso, seria esperado que os parques produtivos de maior relevância, entre os quais o de Pernambuco, fossem os mais beneficiados.

¹⁷ Esses são aspectos técnicos indubitavelmente importantes. Todavia, é preciso destacar a questão central que condiciona o desenvolvimento produtivo em Pernambuco e no Nordeste: por que os empresários não reequiparam as plantas produtivas quando puderam, a exemplo dos empresários paulistas, cariocas e mineiros?

equipamentos obsoletos, a indústria têxtil pernambucana não foi capaz de atender à demanda crescente do país, que passava por um processo latente de alteração quantitativa e qualitativa no perfil do produto demandado, dado o processo de urbanização e de crescimento do mercado regional.¹⁸

Essa demanda foi suprida pelas indústrias produtoras de tecidos finos, majoritariamente extra-regionais; apenas algumas fábricas locais foram capazes de atendê-la.¹⁹ Para grande parte das fábricas pernambucanas e nordestinas, a incapacidade de atender o mercado local de tecidos finos – produtos elaborados a partir de uma matriz técnica mais avançada, de cuja demanda se aproveitaram as fábricas do Sudeste – foi compensada pela abertura do mercado extra-regional para tecidos grossos e pelo atendimento do mercado não-urbano por parte das fábricas desses produtos. Essa compensação permitiu que a estrutura produtiva tecnicamente defasada de boa parte das fábricas têxteis pernambucanas fosse mantida, de modo que a articulação mercantil intensificada nos anos de 1940 teve o efeito de aprofundar e reforçar a rigidez da estrutura produtiva têxtil de Pernambuco e do Nordeste, bem como a defasagem técnica em relação ao parque produtivo extra-regional.

O espaço de valorização caracterizado pelo atendimento da demanda de tecidos grossos, porém, não era dinâmico, no sentido de garantir bons índices de rentabilidade. Com isso, o parque produtivo regional, fortemente caracterizado por empreendimentos do referido segmento, entrou em um processo de declínio estrutural, a princípio reforçado pela elevação do custo da mão-de-obra, em virtude da conjuntura inflacionária pela qual passava o país e das dificuldades de abastecimento alimentar no Nordeste, refletidas em termos de preços.

Isso reverteu a vantagem locacional constituída a partir da mão-de-obra barata da região. Ainda que a mão-de-obra têxtil nordestina continuasse a mais barata do Brasil, era intensa e desnecessariamente utilizada na produção regional, sob uma justificativa paternalista dos empresários.²⁰ (SUDENE, 1962; MAKLER, 1975)

¹⁸ Ver Sudene (1962), pág. 7: “**com efeito, quase todo equipamento da indústria têxtil do Nordeste é obsoleto, estando em uso, na melhor das hipóteses, há mais de trinta anos.**” O relatório remonta à segunda metade da década dos 1920, período que Silva (1999) destaca por estar dotado de paralelismo entre a ampliação do fluxo comercial dos produtos têxteis nordestinos e investimentos em máquinas e equipamentos no parque produtivo local.

¹⁹ A partir de Silva (1999) é possível identificar as principais fábricas têxteis de Pernambuco. Além disso, um exercício de interpretação das informações qualitativas que esse autor fornece permite destacar as características comuns às fábricas exitosas – caso da Othon – e a queda das fábricas tradicionais, incapazes de acompanhar a dinâmica do setor em nível nacional – caso da Fábrica de Juta.

²⁰ As análises específicas do tema apontam para esse uso intensivo de mão-de-obra a partir dessa perspectiva paternalista. É preciso questionar, porém, o motivo pelo qual a mão-de-obra era excessivamente utilizada. Com base neste estudo, é possível afirmar que a intensidade de mão-de-obra do parque têxtil pernambucano se devia

Além dos problemas de mercado e mão-de-obra, também merecem destaque aspectos relacionados à gestão microeconômica dos empreendimentos têxteis, decorrentes da administração das fábricas pelo *one man industry*.²¹ A pesquisa da Sudene (1962) identificou falhas administrativas básicas, a exemplo do desconhecimento do controle de custos, do próprio processo produtivo e do mercado. Os próprios empresários reconheciam que suas práticas empresariais não eram as mais adequadas, embora estivessem amparadas em argumentos de caráter social questionáveis.²²

Ademais, constitui outro problema de vulto, no que diz respeito à gestão microeconômica das fábricas, a questão do financiamento para realizar inversões em máquinas e equipamentos. Essa é, por sinal, uma questão crucial para entender o processo de declínio do avanço da indústria têxtil regional a partir dos 1940.

Enquanto dispôs totalmente do mercado interno no Nordeste e desfrutou de amplo domínio sobre o mercado de trabalho regional, **a indústria têxtil não sentia maiormente a necessidade de modernizar seu equipamento** (...) esta situação perdurou até a segunda guerra mundial, pois antes carecia de significado a penetração de produtos têxteis de outras regiões no mercado do Nordeste. (SUDENE, 1962: 11, grifos meus)

“Desnecessários”, os investimentos modernizadores liberaram recursos para que os empresários realizassem outros tipos de inversões. Em Pernambuco, vale ressaltar que parte considerável dos industriais têxteis provinha ou tinha posse de outros negócios, o que também permitia a eles aplicar algum recurso como capital de giro das fábricas de tecido, no sentido de cobrir uma eventual elevação de custos. Quando se considera a ausência de mecanismos de financiamento para a realização de investimentos no país, especialmente no Nordeste, fica configurado o quadro de difícil modernização.

A situação da indústria têxtil pernambucana em 1955 revelava que as alterações nas condições extra-regionais, refletidas no maior ou menor aproveitamento dos estímulos externos, impactaram as mesmas condições internas sobre as quais os grupos locais se ampararam durante o longo período compreendido desde a constituição em 1890 até final dos anos de 1940.²³ A partir de então, os efeitos dos estímulos externos existiam, mas não seriam

tanto à ineficiência econômica da indústria no estado, que se amparava no baixo custo da mão-de-obra para explorar a inserção da produção de tecidos na divisão inter-regional do trabalho, na qual o Nordeste produzia os tecidos grosseiros. Ademais, nunca é demais ressaltar que pesava, àquela época, a influência de um empresário sobre grande contingente de pessoas, mas essa temática escapa aos propósitos e limites analíticos deste trabalho.

²¹ Ver Sudene (1971).

²² O trabalho de Harry Makler (1975) mostra com exatidão a percepção dos empresários pernambucanos acerca das práticas “socialmente responsáveis” que adotavam. Uma interpretação mais “fria” dessa percepção impõe que se considere a lógica racional do capital, cuja avidez pelo ganho nada tem de socialmente responsável.

²³ Destaque-se a Primeira Guerra Mundial; a Crise de 1929; e a Segunda Guerra Mundial. Para maior detalhamento, Sudene (1962;1971) e Silva (1999), este especificamente para o caso pernambucano.

aproveitados como outrora, em virtude do acirramento concorrencial entre as frações de capital nordestinas e do Sudeste pela colocação de produtos no mercado.

Tal situação também evidenciou o caráter das decisões empresariais até então tomadas pelos principais industriais pernambucanos e nordestinos, especialmente quando se considera a situação de retardamento em termos de reaparelhamento técnico das fábricas.

Nesse período [1920-1940], os recursos acumulados nas mãos da indústria têxtil desviaram-se para aplicações que poderiam apresentar então maior rentabilidade imediata. De tudo isso resultou o atual estado de obsolescência em que se encontra grande parte da maquinaria das fábricas têxteis brasileiras, em particular as do Nordeste. (CAPES, 1959, p. 122)

Frente à vantajosa condição em que se encontrava a indústria têxtil do Sudeste, era premente a necessidade de empreender o reequipamento do parque produtivo nordestino. Tal esforço foi, inicialmente, promovido com base nos recursos próprios dos principais grupos têxteis pernambucanos, entre os quais é possível destacar o Grupo Lundgren e o Grupo Othon Bezerra de Melo. Essa iniciativa, porém, foi bastante restrita, de modo que já no âmbito da Sudene foi criado um grupo setorial responsável pela realização de um diagnóstico sobre a alarmante situação da indústria regional, do qual resultou no Programa de Reequipamento da Indústria Têxtil do Nordeste (1962), através do qual a iniciativa pública tomaria parte na tentativa de resgate da já combatida indústria têxtil pernambucana.

3. Notas Conclusivas

Na fase do isolamento relativo, as estruturas de capital se conformaram de acordo com as especificidades de cada região do país. Nessa fase, as frações de capital de Pernambuco experimentaram algum dinamismo, especialmente aquelas relacionadas ao açúcar e à indústria têxtil, embora isso não tenha significado a possibilidade de desencadear no estado um processo de industrialização, na medida em que a dinâmica do comércio internacional e os fatores endógenos à economia pernambucana revelaram a fragilidade referente à geração de excedentes nas principais atividades produtivas do estado e conseqüente incapacidade de realizar investimentos de porte em outros segmentos produtivos.

No período que vai do último quartel do século XIX até o final da década dos 1950, as frações de capital pernambucanas foram perdendo crescentemente autonomia, na medida em que a transição de um quadro de isolamento relativo para um quadro de articulação mercantil deslocou o centro de poder político para a região Centro-Sul, onde as forças produtivas haviam se desenvolvido de maneira mais avançada, habilitando a indústria paulista a comandar o processo de industrialização em escala nacional. As usinas e fábricas de tecidos

lograram se desenvolver a partir da reiteração de um modo de produção amparado no isolamento relativo da região Nordeste em relação ao resto do país. Nesse quadro, o capital mercantil concorreu significativamente para o estágio de desenvolvimento econômico verificado no estado no final da década dos 1950, conforme demonstrado na análise da trajetória desses segmentos em paralelo às brechas de valorização das quais se aproveitava o capital mercantil. Daí resultou um quadro que conduz à conclusão de que as principais atividades econômicas e respectivas forças empresariais de Pernambuco se encontravam esgotadas, no sentido de viabilizar o crescimento econômico. As empresas estaduais não conseguiram prolongar o êxito dos efêmeros momentos de crescimento das principais atividades, pelas limitações típicas da estrutura econômica vigente, mas também pelos condicionamentos supra-estaduais, ou seja, pelos desdobramentos da articulação mercantil inter-regional sobre as atividades produtivas em Pernambuco.

Embora o quadro de prostração econômica dos anos de 1950 se deva aos fatores endógenos e específicos da estrutura de capital pernambucanas, deve-se ter em conta os constrangimentos representados na forma dos efeitos de inibição advindos com o comércio internacional e inter-regional: no período 1929-30/1956, o comércio inter-regional debilitou aquela estrutura em função da concorrência entre a produção das distintas regiões. Assim, ao longo de todo o período foi restrita a capacidade de geração do excedente econômico por parte das principais frações de capital, o que favoreceu a atuação de capitais de traço mercantil, nacionais e internacionais, e o reforço ainda maior das restrições ao desenvolvimento capitalista em Pernambuco.

A partir de meados dos anos de 1950, a mudança no padrão de acumulação capitalista no país fez com que as inter-relações regionais fossem qualitativamente alteradas, de modo que, ao lado da articulação mercantil, fosse verificada uma maior integração produtiva entre as regiões brasileiras, acelerada com a instituição da Sudene em 1959. Nessa época, as frações de capital de Pernambuco se encontravam fortemente condicionadas pela adversidade da inserção internacional dos principais produtos de exportação (açúcar e algodão) e também pelos condicionamentos da concorrência inter-regional pelo mercado interno. Esse era o quadro de um contexto mais amplo, contido na problemática da emergência da Questão Regional no país. Instituída a Sudene e, principalmente, as políticas de industrialização do órgão, as frações de capital do Nordeste seriam consideravelmente impactadas.

Bibliografia

ANDRADE, M. C.. **Estado, Capital e Industrialização do Nordeste**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o global e o local**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. SUDENE. **Pesquisa sobre a indústria têxtil do Nordeste – 1969**. Recife: Sudene (Departamento de Industrialização), 1971.

_____. **Sumário do Programa de Reequipamento da Indústria Têxtil regional**. Recife: Sudene (setor gráfico e de reproduções), 1962

CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5ª Ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp. IE, 2007a

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970**. 3ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 2007b

_____. **Reflexões sobre o papel do Capital Mercantil na questão regional e urbana do Brasil**. Texto para Discussão IE/Unicamp, n. 177, maio/2010

CAPES. **Estudos de Desenvolvimento Regional: Pernambuco**. Série Levantamentos e Análises, no. 22. Rio de Janeiro: Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 1959

CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento)**. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID – Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988.

CAVALCANTI, Carlos André Macêdo e CUNHA, Francisco Carneiro da. **Pernambuco Afortunado: da Nova Lusitânia à Nova Economia**. Recife: Editora INTG, 2006.

DÉ CARLI, Gileno. **O processo histórico da usina em Pernambuco**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1942.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 13ª edição. São Paulo, Nacional, 1987.

GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

_____. **Trajetória econômica de uma região periférica**. Estudos Avançados, 11 (29), 1997, pp. 37-54.

LEVINE, Robert. **A Velha usina – Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937**. Trad. de Raul José de Sá Barbosa (título do original em inglês: Pernambuco in the brazilian federation, 1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MAKLER, Harry M. **Labor problems of native, migrant and foreign-born members of the Recife Industrial Elite**. Journal of Developing Areas, 9:1, pp. 27-51. [s.l.]: october, 1974

MARANHÃO, Sydia Maria Queiroz de Albuquerque. **Tecnologia e Trabalho: um estudo de caso na indústria têxtil de Pernambuco (1950-1980)**. Dissertação (mestrado). Recife: CME/UFPE, 1983.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. (Série Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MENDONÇA, Luís Carvalheira de (coord.). **FIEPE 65 anos: preservando valores e ampliando conquistas**. Recife: Persona, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PERRUCCI, Gadiel. **A República das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978^a

_____. **O canto do cisne dos barões do açúcar – um congresso de classe**. Em: Congresso Agrícola do Recife (introdução). Recife: CEP/PE, 1978b.

PINTO, Estevão. **História de uma Estrada de Ferro no Nordeste: contribuição para o estudo da formação e desenvolvimento da empresa “The Great Western of Brazil Railway Company Limited” e das suas relações com a economia do Nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1949.

SÁ JR, Francisco. **O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência**. In: Estudos Cebrap n.º. 3, jan., São Paulo, Editora Brasileira de Ciências, 1973

SILVA, Eduardo Ramos Pinheiro da. **Industrialização no Nordeste do Brasil: a indústria têxtil em Pernambuco, 1940-1990**. Tese (doutorado). Recife: UFPE, Depto. de História, 1999.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil: 1930-1975**. São Paulo: HUCITEC, Universidade Estadual de Campinas, 1979.

STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo:

TAVARES, M.C. **Ciclo e crise: o movimento recente da economia brasileira**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998

_____. **Império, território e dinheiro**. In: Fiori, J.L. Estados e Moedas no desenvolvimento das nações. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1999.

VANDERLEI, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.